

A saúde mental dos profissionais de segurança pública não faz quarentena

Questão deve fazer parte da agenda de prioridades das políticas de segurança pública. Do contrário, todos perdem

Dayse Miranda e Fernanda Cruz
17 de fevereiro de 2021

BRAZIL PHOTO PRESS/FOLHAPRESS



Velório do casal de policiais militares de SP Marcelo Pessegini, sargento da Rota, a mulher dele, Andreia Regina Pessegini, 36, caboo do 18º Batalhão, que teriam sido assassinados pelo filho, de 13 anos, em 2013, em condições até hoje nebulosas

Desde março de 2020, temos assistido a uma série de discontinuidades nos serviços em detrimento de restrições sanitárias. Praticar o isolamento e o distanciamento social são as principais medidas preventivas para o Covid-19. No entanto, sob essa justificativa, alguns serviços fundamentais de assistência à saúde mental dos profissionais de segurança pública estão ameaçados.

Considerados como trabalhadores essenciais desde o início da pandemia, os profissionais de segurança pública permanecem nas ruas, expostos ao vírus e convivendo com o medo de se contaminar e contaminar seus familiares. Nesse contexto, o suporte emocional se faz essencial para esses agentes.

Sabemos que o descaso com a saúde mental dos profissionais de segurança pública não teve início com a pandemia. A saúde mental é um tema polêmico e pouco compreendido na segurança pública no Brasil. Segundo o Ministério da Saúde, o suicídio é um problema de saúde pública. Entretanto, as organizações de segurança pública brasileiras tendem a considerá-lo como um problema de saúde do sujeito em sofrimento psíquico.

Um reflexo dessa visão é que as instituições não se preparam para lidar com o problema de uma forma coletiva. Os serviços assistenciais, quando existem, enfrentam uma série de desafios, desde a carência de profissionais até as resistências internas para manter seu funcionamento. A lógica dominante ainda é a de que um bom policial não precisa deste tipo de apoio e de que muitos policiais fingem adoecimento para se esquivarem do trabalho policial.

O estudo que realizamos em 2014, nas 27 unidades federativas, nos ensinou que o cuidado com a saúde mental dos agentes de segurança pública não faz parte do planejamento estratégico das polícias militares. A inexistência de vontade política evidencia que a agenda das políticas estaduais de segurança pública, desde a institucionalização do primeiro Plano Nacional de Segurança Pública no país, em 2000, não avançou.

É evidente que identificamos alguns avanços nos últimos anos. Muitos deles são iniciativas de policiais que passaram a buscar diversas fontes de conhecimento para mudarem a realidade de suas próprias instituições. No Distrito Federal, por exemplo, o Programa de Valorização da Vida foi instituído em 2018, por meio de articulação entre a Capelania e o Centro de Atendimento Psicossocial. O objetivo era fornecer uma perspectiva interdisciplinar, comprometida com o cuidado integral e preventivo da saúde.

Apesar dos avanços, identificamos que, quando não acontece o comprometimento coletivo dos gestores, com a promoção da saúde mental dos agentes, as ações de intervenção e prevenção são rapidamente enfraquecidas ou descontinuadas. No entanto, essa escolha tem gerado uma série de revezes.

Em primeiro lugar, para os próprios policiais, que não encontram o amparo necessário em suas instituições. Em segundo lugar, para as famílias desses agentes que, muitas vezes, representam o espaço onde policiais extravasam suas tensões e frustrações. Em terceiro lugar, para a própria instituição policial, que passa a conviver com um ambiente de trabalho marcado por perdas, desde casos de afastamento por saúde mental e até de suicídio entre os seus agentes. Por fim, para a sociedade, afinal é ela que demandará os serviços deste policial.

Existe um longo caminho a ser percorrido para melhorar a atenção a saúde dispensada a esses profissionais. A existência de espaços de escuta e atendimento qualificado, sem dúvida, é um ponto fundamental. Entretanto, há questões organizacionais que precisam ser revisadas, entre elas estão: longas jornadas, condições inadequadas de trabalho, punições arbitrárias, convívio com humilhações verbais, carência de recursos humanos e materiais, entre outros.

Quaisquer que sejam as ações de promoção da saúde desses profissionais, é preciso que elas tenham capilaridade e perenidade. Em momentos de crise, o cuidado com a saúde emocional do profissional de segurança pública é fundamental. Por isso, reforçamos que a saúde mental deve fazer parte da agenda de prioridades das políticas de segurança pública do país. Do contrário, todos sairão perdendo.

Dayse Miranda

Diretora executiva do Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (Ippes). Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), estudiosa sobre o tema suicídio na segurança pública, organizadora e uma das autoras do livro "Por que Policiais se Matam"

Fernanda Cruz

Socióloga, pesquisadora de pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP), associada do Grupo de Estudos de Pesquisa em Suicídio e Prevenção (Gepesp)

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/fvkrsh5nt>

